



"SUA AVÓ TEM MEDO DA CHUVA?": Uma Conversa entre o Racismo Ambiental, a Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Tainá Antonio Fernandes ¹

Doutoranda no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Beatriz Akemi Takeiti ²

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: O presente artigo tem a intenção de fazer um diálogo entre as origens e os fundamentos do racismo ambiental no território brasileiro e suas consequências psicossociais nas periferias urbanas e/ou rurais do país. Partindo do entendimento que o racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico, trouxemos alguns dados de saúde e da recorrência de crimes ambientais em territórios que estão em situação de vulnerabilidade socioambiental. Nossa conversa almeja, sobretudo, localizar as contribuições e reforçar a importância do campo da psicossociologia de comunidades e da ecologia social no acolhimento sensível da população, recorrentemente, vitimada pelo racismo ambiental e pela injustiça climática e social.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Psicossociologia; Biointeração; Ecologia social;

"IS YOUR GRANDMA AFRAID OF THE RAIN?": A Conversation between Environmental Racism, Community Psychosociology and Social Ecology

Abstract: This article intends to create a dialogue between the origins and foundations of environmental racism in Brazilian territory and its psychosocial consequences in the urban and/or rural peripheries of the country. Based on the understanding that racism is a powerful factor in the selective distribution of people in their physical environment, we brought some data on health and the recurrence of environmental crimes in territories that are in a situation of socio-environmental vulnerability. Our conversation aims, above all, to locate the contributions and reinforce the importance of the field of community psychosociology and social ecology in the sensitive reception of the population, recurrently victimized by environmental racism and climate and social injustice.

Keywords: Environmental racism; Psychosociological; Biointeraction; Social ecology.

¹Mestra em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS) no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. taina-fernandes@hotmail.com

²Docente do Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro. biatakeiti@medicina.ufrj

INTRODUÇÃO

Enquanto inicio a escrita desta pesquisa está chovendo no Rio de Janeiro. Eu já mandei uma mensagem para minha mãe, minha tia já mandou mensagem no grupo da família e minha vizinha já mandou mensagem para os meus primos. As palavras mudam, mas o conteúdo das mensagens segue o mesmo: “Tá chovendo forte, tenta sair mais cedo e volta logo pra casa”. E eu acredito que muitos outros grupos de família, incluindo o seu, ficam repletos de mensagens desse perfil porque ao menor sinal de chuva muitas pessoas ficam angustiadas, mas não todas. Se em alguns territórios o barulho da chuva é recebido como um convite para uma noite tranquila de filmes, cobertores e descanso dentro de casa, em muitos outros o barulho da chuva é mensagem de alerta: separe documentos, fique atento às mensagens da defesa civil, e procure um abrigo externo da prefeitura assim que a sirene soar. A chuva e as sirenes são alertas carregados de memória e angústia coletiva para aqueles que perderam carro, casa, vizinho, família e, ficam na expectativa de ver a vida começar do início novamente.

A chuva não mata. Mas em 15 de fevereiro de 2022, 233 pessoas morreram e mais de 600 pessoas ficaram desabrigadas nas fortes chuvas de Petrópolis (Marques, 2022). Os rios não matam, mas em 2019, 272 pessoas morreram e seis seguem desaparecidas após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho, Minas Gerais (Minas Gerais, 2024). A chuva não mata, mas em dezembro de 2021 pelo menos 20 pessoas morreram, mais 31,4 mil pessoas ficaram desabrigadas, e 358 ficaram feridas nas fortes chuvas no litoral sul do Estado da Bahia (Souza, 2021). A terra não mata, mas em maio de 2022, pelo menos 130 pessoas morreram no deslizamento de barreiras na Grande Recife, em Pernambuco (Gonzaga, 2023).



O ar não mata, mas quase 50 mil pessoas morrem por ano no Brasil devido à poluição do ar, de acordo com o instituto de pesquisas socioambientais World Resources Institute (WRI). O solo não mata, mas nos anos de 1950 uma fábrica de inseticidas organoclorados (hoje proibidos no Brasil) fechou e 400 toneladas de pó de broca foram simplesmente abandonados na Cidade dos Meninos em Duque de Caxias. Crianças brincavam com esse pó colorido e adultos construíam suas casas com essa terra e nesse terreno, o que fez com que o material tóxico se espalhasse pela região gerando uma contaminação total. Ainda hoje, quase 75% dos moradores apresenta resíduos de organoclorados no sangue que podem causar (e causam) câncer, abortos, má formação fetal e alterações no sistema nervoso (Oliveira, 2008).

Além da saúde e perdas irreparáveis a milhares de famílias brasileiras, o que todos esses acontecimentos têm em comum é a população que reside nesses territórios. Do norte ao sul do Brasil, os territórios mais vulneráveis ambientalmente a tragédias dessa magnitude, são aqueles onde residem moradores negros, indígenas e em situações de vulnerabilidade social.

Um grande exemplo disso é a cidade do Rio de Janeiro, na qual segundo os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), a segregação racial do território se torna mais evidente em bairros da zona sul, como a Lagoa, área nobre da cidade, com 90% dos residentes se autodeclarando brancos, enquanto a maioria preta e parda se encontra na zona norte e oeste da cidade.

O racismo, segundo Silvio Almeida, “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, p. 22). Assim, é um sistema complexo que pode ser reproduzido em níveis individuais, institucionais e estruturais. E desde 1970, organizações e estudos vêm provando a existência de um racismo que pode ser reproduzido em nível ambiental, com índices toxicológicos que explicitam que alguns

territórios geográficos são menos desenvolvidos, possuem menor acesso ao saneamento básico, e maior exposição a resíduos industriais.

Na década de 70 nasceu o conceito de Racismo Ambiental entre os negros dos Estados Unidos, ainda durante as conquistas dos Direitos Civis e esse termo foi estabelecido em 1981 pela liderança negra Dr. Benjamin Franklin. O racismo ambiental é identificado por meio de políticas públicas e industriais que impõem aos grupos sociais não-brancos e de baixa renda, por força do poder econômico, maior risco ambiental (Catarino, 2017). Embora o termo cause certa estranheza, basta observar na realidade brasileira os censos demográficos da cidade e identificar o perfil de quem mora nas favelas, periferias, morros e margens de rio, basta identificar o perfil dos corpos quando são levados por enchentes e deslizamentos. Fica evidente a correlação entre a disposição geográfica e racial da população na cidade e logo, a diferença na infraestrutura de saúde, segurança e moradia oferecidas para elas.

Bullard (2004) chama a atenção para o fato de que isso era e é produto de questões que vão além da herança da escravização e da resistência dos brancos sulistas à igualdade racial. Resulta de políticas públicas equivocadas, baseadas na falsa ideia de que o cuidado e o respeito com a legislação ambiental diminuem os postos de trabalho e a riqueza local. Segundo Pacheco (2008), o fato é que as injustiças sociais e ambientais não só têm origens comuns, como se alimentam mutuamente, e ainda ressalta que:

é a submissão a um modelo de desenvolvimento cada vez mais excludente que faz com que as autoridades ignorem o desrespeito às leis, trabalhistas e ambientais; subsidiem ou diminuam impostos para atrair empresas, ainda que nocivas ao meio ambiente e aos próprios trabalhadores; e realizem o que poderíamos chamar de verdadeiros leilões de recursos humanos e naturais (Pacheco, 2008, p. 1).

Bullard (2004, p. 52) acrescenta ainda que “o racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico; influencia o uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infraestrutura”.

Impulsionada pela pressão dos movimentos negros e sociais, nos últimos anos, o campo da psicologia social vem se debruçando na produção de mais pesquisas acerca dos efeitos do racismo na saúde mental da população. Segundo o Ministério da Saúde (2016), a cada 10 jovens que se suicidam no Brasil, 6 são negros. E quando trazemos para as pesquisas brasileiras a realidade dos povos indígenas, o número de suicídios nestas comunidades apresenta estatisticamente os piores resultados (Oliveira; Neto, 2002).

Quando há um atravessamento entre racismo e os numerosos crimes ambientais no país, pesquisas conduzidas pelo Ministério da Saúde acerca das condições de vidas e saúde dos atingidos pelo rompimento da barragem de Mariana mostram que 43,5% dos entrevistados relataram ter problemas de saúde após o crime ambiental, sendo os quadros depressivos um dos principais problemas. E dentro desse contexto, o Projeto Saúde Brumadinho (2022) sistematiza os dados e destaca:

a prevalência de sintomas psiquiátricos e seus fatores associados na população adulta da área atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos, em que 56,7% das pessoas entrevistadas são mulheres e 57,7% são pessoas negras. Entre os relatos, os sintomas depressivos foram de 29,3%, os de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) foram de 22,9% e a presença de ideação suicida ou automutilação 12,6% (Garcia, 2022, p. 5).

Portanto, não há mais espaço para ignorar que a emergência climática avançará a frequência dos desastres socioambientais, sobretudo nos países do Sul Global, fazendo com que a população negra, indígena, as mulheres e crianças sigam em situação de vulnerabilidade, à margem da infraestrutura e apoio necessário para lidar com as consequências, infelizmente, já presentes nos territórios, da perda material, geográfica, cultural, até o limite da perda afetiva e familiar.

ATRAVESSAMENTOS ENTRE RACISMO AMBIENTAL E A PSICOSSOCIOLOGIA

De maneira geral, a psicossociologia é um campo do conhecimento que nos permite refletir sobre diferentes cenários sociais da vida no contemporâneo em nível psicológico, social e comunitário (Casadore, 2013). Dessa forma, quando a psicossociologia chega ao território da América Latina, encontra a necessidade e solo fértil para transbordar as abordagens teórico-metodológicas a fim de dar suporte para as pesquisas, e sobretudo, para as complexas realidades sociais. E, portanto, deveria ser um campo implicado politicamente e de grande poder de articulação, transdisciplinaridade, compreendendo que nenhuma disciplina isoladamente poderá desvendar os movimentos, os encontros e os desencontros comunitários.

Nossa aposta é que a psicossociologia de comunidades e a ecologia social, reconhecendo suas raízes, também possam confluir e aprofundar suas pesquisas sobre os efeitos psicossociais do racismo ambiental em uma população que anualmente é acometida por diferentes crimes e injustiças ambientais e segue sem apoio especializado para lidar com todo o trauma que vem logo depois.

Segundo o pesquisador Antonio Maspoli Gomes (2017, p. 25), “o trauma histórico é aquele que pode ser transmitido por meio das memórias coletivas, de modo consciente ou não, inclusive pela não lembrança (amnésia coletiva)”. Ainda segundo Gomes (2017), o trauma histórico pode ser transmitido de geração a geração, assim como seus afetos e sintomas correspondentes, e podem ser transmitidos de forma intergeracional e transgeracional. Pesquisas com vítimas de desastres naturais, com familiares de pessoas mortas nas guerras, com netos e filhos da escravidão.

Não existe um único modelo para a compreensão da transmissão do trauma intergeracional nem das suas consequências. Um trauma histórico pode provocar modificações profundas no funcionamento do grupo e de seus indivíduos, com a consequente retraumatização dos seus membros. A violência sofrida pelos membros de um grupo social pode ser retransmitida, de maneira simbólica, aos indivíduos das gerações subsequentes, que atualizam não só o núcleo do trauma, como podem produzir a sintomatologia correspondente (Gomes, 2017, p. 26).

Como se não bastasse o medo da bala perdida e das operações policiais perto de escolas, visto que os dados do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (2020) são alarmantes, já que nos mostram que entre 2018 e 2020, 466 escolas foram afetadas por operação policial e/ou confronto entre traficantes, o que representa 30% das escolas municipais da cidade. Ainda nos restou o medo da chuva, da terra, do rio. Afinal, o racismo foi tão bem estruturado que fez até a natureza nos matar. Ou melhor, o racismo foi tão estruturado que fez a população acreditar nisso, sem designar a devida e exclusiva responsabilidade do Estado em tudo isso.

Acredito que os estudos em psicossociologia sejam de enorme importância para encontrar, escutar e conversar com essas dores que não têm a chance de serem nomeadas, o suporte para serem acompanhadas e o tempo para serem digeridas. Após tantos crimes ambientais e violência urbana direcionada aos territórios de periferia, é urgente que os profissionais dos equipamentos públicos, das escolas, dos hospitais, das universidades estejam preparados para lidar com pessoas que acordam com suas casas alagadas, ou aquelas que não vão dormir em dias de operações policial.

Memórias recorrentes do trauma vivido pelos membros de uma sociedade acabarão, mais cedo ou mais tarde, como parte de uma narrativa social do grupo, que será transmitida oralmente às gerações seguintes, culminando por fazer parte, como fragmento, da história pessoal de cada membro do grupo. O trauma pode causar severos distúrbios nos processos de integração cognitiva, sensorial e emocional. Quanto maior a intensidade e a duração do trauma, maiores podem ser suas consequências sobre a resposta ao estresse, da parte do sujeito traumatizado. Essas alterações na bioquímica, nas sinapses e nas redes neuronais apresentam um reflexo direto no sistema nervoso simpático. Tal alteração modifica significativamente a resposta do sujeito à ansiedade (Gomes, 2017, p. 40).

Eu nunca tive casa alagada, mas cresci vendo minha rua encher por completo em chuvas rápidas por todo o verão, e escutei histórias suficientes para andar observando a altura das calçadas para encontrar os melhores caminhos de volta para casa em dia de chuva forte. Você consegue ver a marca que a água deixa nos muros quando a rua enche? Você olha a altura das calçadas? Você precisa olhar?

Com as lentes de uma psicossociologia situada, buscamos conversas entre o indivíduo e seu mundo, seu território, sua comunidade, suas ecologias.

La psicossociologia desde América Latina ha tenido la intención de cuestionar los cánones disciplinares e institucionales para colocarse a disposición de la vida, caminando junto con las comunidades y sus procesos. Es una psicossociologia producida em território latino-americano consciente de la herida colonial y por eso se construye desde el sur, em las bases, para cuestionar la colonialidade del poder y la colonialidade del saber (Pardo, 2021, p. 7).

A psicossociologia já vem, em pequenos passos, abordando temas que perpassam a raça, território e periferia. Mas, ainda é necessário escritas com aportes teórico-metodológicos que sustentem nossas urgências, que nos acolham. É necessário esforço do campo da psicossociologia e da ecologia social para investigar de diferentes lentes o racismo ambiental e os traumas intrageracionais numa perspectiva comunitária. Não podemos normalizar o medo — de muitas pessoas, mas não todas — do sono em dia de chuva.

O campo da ecologia explica a circularidade dos movimentos e elementos naturais na Terra. Ainda na escola estudamos o movimento de rotação que ao ser realizado em seu próprio eixo, provoca a diferença da luminosidade solar e, portanto, o dia e a noite, estudamos sobre os ciclos de carbono, ciclo do oxigênio. Você se lembra do ciclo da água?

O calor do Sol aquece as águas (dos rios, oceanos, lagos), e transformando água em estado líquido para o estado gasoso, as águas evaporam para a atmosfera. Lá em cima, o vapor das águas se resfria, condensa e mais uma vez retorna ao estado líquido que volta ao solo através da precipitação. Em contato com o solo, as águas se infiltram, alimentando os lençóis subterrâneos, lagos, mares e parte dela é absorvida pelas plantas que devolvem à atmosfera por meio da transpiração. E por fim, todo processo se reinicia. Início – meio – início. Mesmo com as mudanças de estado físico, as águas sempre retornam ao ciclo e seguem mantendo possível a nossa existência na terra.

A ecologia ensina sobre circularidade, mas a sabedoria quilombola, ensina na prática cotidiana que tudo é “início – meio – início” (Santos, 2015),

do tempo de cultivo, de colheita, do preparo da comida, e claro, do descanso da terra e do corpo. Pois, se essa circularidade é o que mantém os ciclos dos elementos da natureza, pode também ser a chave psicossocial que buscamos. Para que possamos identificar, observar e nomear os nossos medos, de forma coletiva até que eles deixem de ser. Para que os medos nomeados retornem como combustível no combate ao racismo, em defesa da moradia digna, na luta por planejamento urbano das favelas e periferias, e de um território socialmente justo e ambientalmente saudável com responsabilização política. É preciso lembrar que existem outras formas de se existir nas periferias. A diáspora não consiste apenas em submissão e assimilação cultural, porém, também, na resistência (Hall, 2003).

Acredito em um conceito — que é prática cotidiana nos quilombos — que é a biointeração de Nego Bispo. A biointeração vem falar sobre reedição de territórios, sobre relações orgânicas entre os viventes e os seres não viventes. Biointeração é essa forma de se chegar e de ficar. É o método ancestral que compreende as complexidades de cada comunidade e as funções que são necessárias no processo (Fernandes, 2021). A biointeração explica (mesmo que não seja necessário) a vivência nos quilombos, a distribuição de terras, a educação contracolonial. A biointeração é a prática educativa quilombola para o ensino da consciência comunitária que não dissocia o um do todo e traz práticas afro referenciadas como caminho da construção de novos futuros.

Seria possível pensarmos aproximações entre as escolas de periferias e os quilombos? É possível pensar que aulas de biologia, geografia, história, matemática, física, química podem ser vivas e vividas em território? No descolamento geográfico até os quilombos, nas histórias sobre as plantações, nos cálculos da irrigação, no planejamento das semeaduras, no trabalho emocional de espera para a colheita?

Eu penso que as crianças, jovens, adultos e mais velhos das periferias foram obrigadas a se afastar de tudo que era de sua cosmogonia, pelas remoções, pelas zonas de sacrifício, pela especulação imobiliária. A dor da



ruptura, a dor do não conhecimento, a dor da saudade e a dor da perda. Pessoas negras nas periferias seguirão perdendo seus móveis, suas casas e seus familiares. Saber que o racismo ambiental existe, não nos isenta de sofrer todas as consequências deles. Mas, saber que a culpa não é da casa que você construiu nos faz ter conhecimento que toda morte nas enchentes, barragens é uma decisão do Estado de seguir colocando vidas negras e indígenas em risco, e logo passa a ser um projeto político.

A minha aposta é que ter conhecimento sobre o racismo ambiental e ter acesso a equipamentos públicos com preparo em nível psicossocial gera suporte de escuta capaz de organizar sentimentos, revisitar com seriedade os transtornos de estresse pós-traumático e abastecer de ferramentas a luta pelos direitos à cidade. Minha aposta é que ter conhecimento da biointeração dos quilombos, nos aproxime de um território urbano que coexista de forma comunitária. O segredo do sucesso não precisa ser um apartamento mais seguro, mais silencioso, mais alto. O segredo é a cozinha grande, uma laje forte e um quintal cheio de erva que sua avó sabe exatamente como usar quando você tem dor de cabeça, ou cólica, ou um machucado no pé.

É necessária a construção de uma psicossociologia ético-política de base comunitária, periférica, indígena e quilombola. É necessária a construção de metodologias contracoloniais que dialoguem com as pessoas de diferentes territórios. A psicossociologia precisa estar atenta à oralidade dos quilombos, dos terreiros, das aldeias e dos quintais, afinal, são esses os espaços que acolhem os corpos, e suas dores. São esses os espaços que — em boas condições ou não — lidam com os traumas, os medos e a falta de direitos. A psicossociologia precisa estar aberta ao saber orgânico (Santos, 2015) das periferias ou não encontrará força quando chegar até elas. E só assim, poderemos construir uma psicossociologia aliada às demandas da população. Como nas palavras abaixo de Nego Bispo para uma entrevista concedida em 2020:

Se vocês olharem esse livro todo é um rio, essa história é toda contada pelo curso das águas, então ele é um rio. Só que nesse rio eu trabalhei o curso das águas, mas eu não trabalhei a evaporação.



Aí que eu pensei, porque a transfluência só se explica pela evaporação, ou seja, como é que as águas do São Francisco vão encontrar com as águas do Nilo se tem um oceano no meio? Tem que evaporar para se encontrarem pelo rio do céu, pelas nuvens (Leal, 2020, p. 82).

As favelas evaporam, as lajes evaporam, os quintais evaporam, as aldeias evaporam, os quilombos evaporam porque elas sempre souberam que é no encontro que se mantém o território vivo. Para a psicossociologia de comunidades e a ecologia social seguirem com responsabilidade sendo parte desse grande e importante encontro, precisam escutar para aprender como fazer a água ferver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há meios corretos de concluir este artigo, visto que, estamos sentindo diariamente os efeitos das mudanças climáticas e suas duras consequências para as populações em maior vulnerabilidade socioambiental, e logo, racialmente estabelecidas no Sul Global. Evidências que vêm sendo construídas com base sólida desde 1970, mas que até hoje encontram pesquisadores e políticos resistentes não só aos termos, mas sobretudo, aos dados, impossibilitando ações de combate e proteção dessa população com prioridade.

Ao mesmo tempo em que, esse cenário visibiliza a necessidade da mobilização social em busca de autonomia e soluções no território, assim como o Movimenta Caxias, uma organização coletiva construída em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O movimento que é um grande responsável pelo mapeamento, cadastro e apoio de famílias vitimadas pelas enchentes, deslizamentos e violência policial, por meio de voluntários de diferentes setores e funções, desde apoio alimentar, pedagógico, jurídico e psicológico. Iniciativas como essa vêm nascendo em diferentes periferias do Brasil como resposta à inação do Governo, mas também como resposta do cuidado comunitário existente no território.

Por hora, acreditamos e reiteramos que as pesquisas científicas, técnicas e sociais engajadas na luta contra desigualdade são de imenso valor

quando caminham ao lado da mobilização social, com escuta especializada, e com olhar atento às necessidades particulares de cada território, para que sejam parte de um alicerce sólido na luta por políticas pública de garantia de direitos para uma sociedade racial, social e ambientalmente justa, segura e saudável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: Henri ACSELRAD, S., H, PÁDUA, J., A. (Orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- CASADORE, Marcos, M. Psicossociologia e Intervenção Psicossociológica: alguns aspectos da pesquisa e da prática. In: EMÍDIO, T.; HASHIMOTO, F. **Psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- CATARINO, Camila, S. **A Centralidade do Racismo Ambiental na Abordagem Crítica da Educação Ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- DE SIMONI, W. *et al.* **“O Estado da Qualidade do Ar no Brasil”**. Working Paper. São Paulo, Brasil.: WRI Brasil, 2021. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes>
- DOS SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCT, 2015.
- GARCIA, Frederico, D., NEVES Maila, C.L., FIRMO Josélia, O. A., PEIXOTO Sérgio, V., CASTRO-COSTA Erico. Prevalência de sintomas psiquiátricos e seus fatores associados na população adulta da área atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos: Projeto Saúde Brumadinho. **Revista Brasileira Epidemiol**, 2022.
- GOMES, Antonio, M. **“Melhor que o Mel, só o céu”**: trauma intergeracional, complexo cultural e resiliência na diáspora africana: um estudo de caso do Quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá, AP, 2017.



GONZAGA, Vanessa. Grande Recife: “Quando chove a gente não dorme”, diz moradora. **Brasil de Fato**, Recife, 08 de fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/08/grande-recife-quando-chove-a-gente-nao-dorme-diz-moradora>. Acesso em 18 mai 2024.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Unesco, 2003.

LEAL, Natacha; MARTINS, Greice; FELIPE, Henrique & DA SILVA, Suz. Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. **Revista EntreRios** do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, v. 2, n. 1, pp. 73-84, 2020.

MARQUES, Ariane. Forte chuva em Petrópolis causa inundações, arrasta carros e provoca queda de barreiras; mortes passam de 30. **G1**, Petrópolis, 15 de fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/15/grande-voluma-de-chuva-causa-inundacoes-arrasta-carros-e-provoca-queda-de-barreiras-em-petropolis.ghtml>. Acesso em 18 mai 2024.

MINAS GERAIS (Estado). **Governo de Minas Gerais**. Histórico do rompimento das barragens da Vale na Mina Córrego do Feijão. 03 de mai. 2024. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/historico-do-rompimento-das-barragens-da-vale-na-mina-corrego-do-feijao>. Acesso em: 18 mai 2024.

OLIVEIRA, Rosália, M. **Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ, linha do tempo sobre a contaminação ambiental e humana**. 455f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Cleane; NETO, Francisco; PIRES, R. Suicídio entre povos indígenas: um panorama estatístico brasileiro Endereço para correspondência: AMBAN — Ambulatório de Ansiedade do Instituto de Psiquiatria do HCFMUSP. **Rev. Psiq. Clín**, v. 30, n. 1, pp. 4–10, 2003.

PACHECO, Tânia. **Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour**. Development in Practice, Volume 18, 2008.

PARDO, Catalina, R., TAKEITI, Beatriz, A., GUERRA, Claudia, T., & FONTES, Jean, V. A. La Psicología como dispositivo epistémico para la cultura de paz: notas sobre experiencias latinoamericanas – Brasil y Colombia. **Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, pp. 1–20, 2021.



RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Incidência de confrontos no entorno de escolas da cidade do rio de janeiro, dez. 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1444502/relatorio_violencianasescolas.pdf. Acesso em: 20 mai 2024.

SOUZA, Cleber. Chuvas na Bahia já deixam 20 mortos; mais de 470 mil pessoas foram afetadas. **CNN Brasil**, São Paulo, 27 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chuvas-na-bahia-ja-deixam-20-mortos-mais-de-470-mil-pessoas-foram-afetadas/>. Acesso em: 18 mai 2024.

